

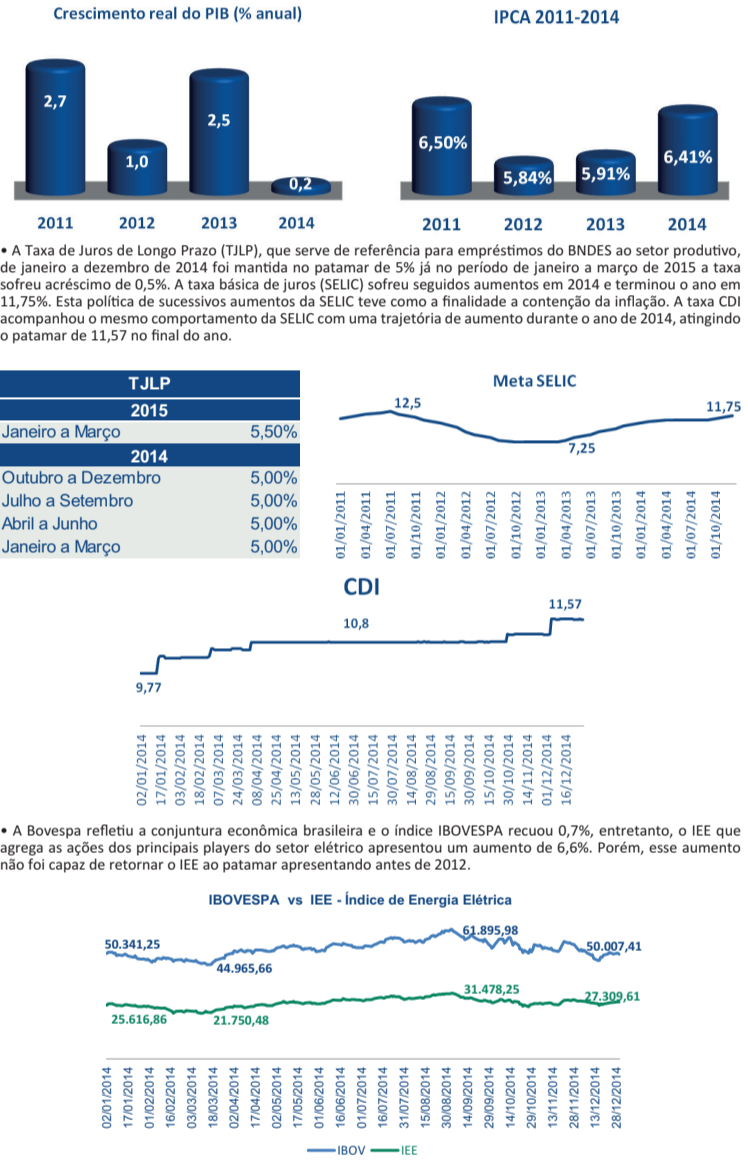
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2014

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
O ano de 2014 foi de desafios e realizações para Termope, uma empresa que faz parte do Grupo Neoenergia. Frente a um complexo cenário econômico e de escassez hídrica, a solidez construída pelo Grupo ao longo dos últimos anos nos levou a grandes marcos e importantes conquistas. Reafirmamos nossa essência, a missão de “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade”. Nos consolidamos como maior Grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes, superando a marca de 10 milhões de unidades consumidoras na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Tal feito é resultado de um trabalho realizado com eficiência, qualidade, segurança e respeito ao indivíduo. Nosso propósito é continuar atuando fortemente para o crescimento e desenvolvimento do nosso país. Em geração, ampliamos nossos investimentos em fontes renováveis. Conquistamos em leilões seis parques eólicos no Nordeste, por meio da Força Eólica do Brasil. Com esses novos empreendimentos, o Grupo conta agora com 16 parques eólicos nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e da Bahia. O Grupo foi além das fontes tradicionais de geração de energia e diversificou sua atuação ao investir, em 2014, a primeira usina solar fotovoltaica da ilha de Fernando de Noronha. Um projeto que agrega o nosso trabalho em pesquisa e desenvolvimento ao nosso compromisso com sustentabilidade e inovação. Compromisso que se fez presente durante a construção da Usina Hidrelétrica de Tejo Pires, entregue antes mesmo do cronograma previsto. Concluída em tempo recorde, a 10ª maior usina em potência instalada do país representará um acréscimo de 1.820 megawatts no sistema brasileiro, suficiente para atender a quase 11 milhões de pessoas. A qualidade de implantação dos 44 programas socioambientais na região e a abrangência dos resultados para a população local renderam à Companhia Hidrelétrica Tejo Pires o prêmio de “Melhor Projeto Ambiental” do ano concedido pela HydroVisão Brasil. Mesmo com o cenário adverso, a Neoenergia atingiu um EBITDA de R\$ 2,3 bilhões e lucro líquido de R\$ 602 milhões. Os investimentos em geração, distribuição e transmissão ultrapassaram os R\$ 3,8 bilhões em 2014. Pelo quinto ano consecutivo, o *rating* de crédito corporativo dado a Neoenergia pela S&P foi de brAAA na Escala Brasil. Além de contribuir para mover o país a novos patamares de crescimento e levar um bem essencial para a vida das pessoas, temos consciência da nossa responsabilidade em atuar e produzir boas práticas com sustentabilidade. Por isso, ao longo de 2014, demos continuidade às ações do Programa de Eficiência Energética, que tem por objetivo despertar no consumidor comportamentos mais seguros e eficientes no uso da energia elétrica. Firmamos também, no ano passado, uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de apoiar o “Solo Único” Município Aprovado nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, além de levar às comunidades do semiárido do Nordeste conhecimento sobre sustentabilidade, segurança e eficiência energética. Todo esse trabalho não seria possível sem o apoio dos nossos mais de cinco mil colaboradores, que são a força motriz que nos permite alcançar e manter uma posição de destaque no mercado. Estamos entre os 50 maiores grupos econômicos do país, resultado do compromisso de um time de profissionais dispostos a criar valor para todos os nossos públicos de relacionamento: clientes, fornecedores, comunidades e acionistas. Justamente por valorizar as pessoas, 2014 foi o ano de dar protagonismo à segurança e de alinhar nossas ações voltadas para a segurança no trabalho e nas comunidades à nossa missão. “Acima de tudo, a vida!” passou a ser o nosso lema. O rigor com a segurança está presente em todos os projetos e iniciativas abrangendo nossa força de trabalho, empresas parceiras e, sobretudo, a comunidade. Esperamos que em 2015 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazidos pelo cenário econômico e pela crise hídrica e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.
MARCO GIOVANNI TOBIAS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Mesmo com um fraco desempenho econômico, motivado por um cenário geral de incertezas que perdurou por todo o ano de 2014, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 2,13%. A queda no preço internacional das commodities refletiu na retração dos setores extrativos e de bens primários. O aumento das taxas básicas de juros afetou o consumo das famílias, com efeitos também sobre o setor de serviços e industrial. O comportamento do cenário econômico brasileiro em 2014 pode ser observado através da trajetória dos indicadores a seguir:



2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Termoperambuco S.A. é uma companhia de capital aberto com 100% de participação da Neoenergia S.A. e é oriunda de uma responsabilidade constante do edital de privatização da Companhia Energética de Pernambuco instalada na Companhia. **Diretoria:** É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passível de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. A Diretoria das empresas controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial, na qual os diretores estatutários da holding também são diretores de todas as controladas da Neoenergia. **Comitês:** O Grupo Neoenergia possui três diferentes comitês, instalados apenas na holding: Auditoria, Financeiro e Sucesso. Cada comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada comitê é formado por três membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais, e o Comitê de Remuneração e Sucesso, trimestrais e de forma extraordinária, sempre que necessário. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais e o Comitê de Remuneração e Sucesso, trimestrais e de forma extraordinária, sempre que necessário.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de comitês que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. A estrutura de governança da Termoperambuco é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, com o apoio de comitês instalados na holding da Companhia que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas da holding, orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. **Conselho de Administração:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por até quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem, pelo menos, trimestralmente e sempre que necessário avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal está instalado conforme previsto no Estatuto Social da Companhia em caráter não permanente, podendo ser solicitado em cada exercício social por seus Acionistas nos termos da Lei. Atualmente não há Conselho Fiscal instalado na Companhia. **Diretoria:** É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passível de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. A Diretoria das empresas controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial, na qual os diretores estatutários da holding também são diretores de todas as controladas da Neoenergia. **Comitês:** O Grupo Neoenergia possui três diferentes comitês, instalados apenas na holding: Auditoria, Financeiro e Sucesso. Cada comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada comitê é formado por três membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais, e o Comitê de Remuneração e Sucesso, trimestrais e de forma extraordinária, sempre que necessário. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais e o Comitê de Remuneração e Sucesso, trimestrais e de forma extraordinária, sempre que necessário.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2014 foi marcado por: cenário hidrológico desfavorável, redução do nível de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), alteração da metodologia de cálculo do PLD. O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hidrológicos desfavoráveis desde o ano de 2013, acarretando na baixa acentuada no nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram a nível de armazenamento mais baixo em uma década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios. Como consequência, houve uma elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente nos agentes com posições contratuais negativas ou positivas de Mercado de Curto Prazo, sejam eles geradores ou consumidores. Os geradores hidrelétricos foram impactados devido à restrição de geração imposta pelo período hidrológico desfavorável, bem como pela opção, a priori, de manter praticamente todas as de térmicas operando na base do sistema. Isso acarretou em exposições financeiras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para honrar seus contratos de venda de energia. O

MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (usuante conhecida pelo acrônimo Generation Scaling Factor –GSF) que resulta em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos. As usinas térmicas também foram impactadas. O seu acionamento quase ininterrupto durante o ano de 2014 elevou a necessidade de paradados programados para execução de manutenções, o que expôs esses agentes aos elevados preços do Mercado de Curto Prazo desse período. As distribuidoras, por sua vez, observaram exposições financeiras negativas no MCP devido à frustração na compra de energia oriunda dos leilões regulados de energia existente (Leilão A-1 e Leilão A-0), realizados nos anos de 2013 e 2014. Diante deste cenário desfavorável, o governo federal realizou operação financeira com o objetivo de assegurar às distribuidoras a necessária neutralidade da Parcela A, conforme previsto nos contratos de concessão, viabilizando com isso que as mesmas pudessem honrar seus compromissos financeiros no mercado de curto prazo. Os recursos financeiros tiveram origem em dois empréstimos tomados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) junto aos bancos e para operacionalização desse empréstimo, foi criada a Conta ACR. Os recursos aportados nesta conta deverão ser pagos pelas distribuidoras em um prazo de dois anos, a partir de 2015, o que implicará correspondente cobertura tarifária. Cabe salientar que o Governo Federal já havia utilizado recursos do Tesouro Nacional para mitigar os impactos financeiros negativos ocorridos no ano de 2013, quando transferiu recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente para as distribuidoras. Esses recursos deverão ser ressarcidos ao Tesouro Nacional em um prazo de cinco anos, a partir de 2013, com atualização pelo IPCA e também serão objeto de cobertura tarifária. Nesse cenário de permanência do PLD no seu valor máximo por tempo muito prolongado, a ANEEL entendeu ser necessário revisar os critérios e metodologia de cálculo desse valor. Após consulta aos agentes de mercado, realizada por meio da Audiência Pública nº 054/2014, a ANEEL estabeleceu o valor máximo do PLD em R\$ 388,48/MWh, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Ainda no ano de 2013, a Resolução nº 03 foi editada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), e determinou que o custo do Mercado de Serviço do Sistema (ESS) por Segurança Energética seria rateado entre todos os agentes que atuam no mercado, incluindo geradores e comercializadores. A regra até então vigente estabelecia que os encargos fossem rateados apenas entre os consumidores de energia elétrica. Para contornar esse problema, o Grupo Neoenergia, por meio das associações de classe do setor elétrico, impetrou uma ação judicial para suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/13. Tal ação permitiu que uma liminar judicial suspendesse a cobrança dos encargos apurados para as empresas de geração associadas. Em 5 de dezembro de 2014, foi proferida uma sentença, não definitiva, que declarou nã exigível a cobrança dos encargos na forma indicada pela Resolução CNPE 03/13 para os agentes de geração associados à APINE e à BRAGEL, entre os quais se incluem as empresas do Grupo Neoenergia, confirmando a liminar concedida no ano anterior. Cabe ressaltar que tal sentença, embora ainda não definitiva, representa um avanço importante no reconhecimento do pleito dos geradores perante a justiça.

5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A UTE Termoperambuco trabalha com tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente. A usina é constituída por dois grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a duas caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e seu posterior descarte, por meio de um emissário de 800 m de extensão. Esse conjunto formado pelas três turbinas é capaz de gerar uma potência elétrica de 532 MW média. A UTE Termoperambuco foi a primeira usina em operação desse despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A geração bruta da UTE Termoperambuco em 2014 foi maior de sua história, correspondendo a um aumento de 7,9% em relação à geração do ano de 2013. Apesar de mais elevada, a geração foi suficiente para o atendimento de 91% dos contratos de venda de energia (PPAs) em 2014, e o resultado foi impactado negativamente pela exposição a elevados preços do PLD durante as paradas programadas e não programadas da usina ao longo do ano.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2014	2013	Varição
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	970.132	748.616	29,6%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	925.128	710.211	30,3%
EBITDA (R\$ Mil)	47.770	78.224	-38,9%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	(47.174)	37.187	-226,9%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	(112.699)	(30.130)	-274,0%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	(85.961)	5.687	-1611,5%
Ativo Total (R\$ Mil)	1.846.720	1.881.012	-1,8%
Investimentos (R\$ Mil)	14.349	14.020	2,3%
Dívida Bruta (R\$ Mil)	1.016.750	1.126.763	-9,8%
Dívida Líquida (R\$ Mil) ¹	806.344	571.075	41,2%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	524.666	409.175	28,2%

Indicadores Financeiros	2014	2013	Varição
Margem EBITDA	5,2%	11,0%	-5,9 p.p.
Margem EBIT	-5,1%	5,2%	-10,3 p.p.
Margem Líquida	-9,3%	0,8%	-10,1 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA ²	168,0%	730,1%	9,58
Índice de Endividamento Líquido ³	60,6%	58,3%	2,3 p.p.

¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
² EBITDA 12 meses
³ Índice de Endividamento Líquido = Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL p.p. - Pontos Percentuais

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2014	2013	Varição
Lucro Líquido	(85.961)	5.687	-1611,5%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	(55.291)	1.370	-4135,8%
Amortização / Depreciação	45.120	41.037	9,9%
Amortização de ágio	31.203	-	N/A
Receita Financeira	(83.694)	(7.777)	976,2%
Despesa Financeira	196.393	37.907	418,1%
EBITDA	47.770	78.224	-38,93%

6.1. Receita Bruta:

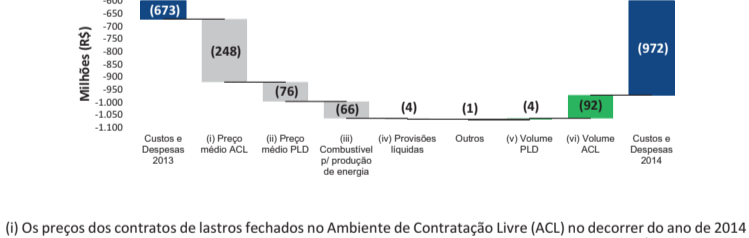
Receita Bruta- R\$ mil	2014	2013	Varição
Fornecimento de Energia Elétrica	727.833	639.001	13,9%
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	239.004	109.088	119,1%
Total	970.132	748.616	29,59%

A Receita Bruta sofreu uma variação, aproximadamente, de R\$ 221,5 milhões, sendo desse montante o reajuste da tarifa de fornecimento dos dois contratos junto à Celpe e à Coelba, com data base em meados de abril e, elevado em 14,02% em 2014 (13,62% em 2013), resultando em um impacto de R\$ 88,8 milhões no ano de 2014. A outra parcela da variação, o montante de R\$ 130 milhões, decorrente dos elevados preços médios da PLD observados durante o ano de 2014 que favoreceram as vendas dos excedentes de energia produzidos, principalmente, de julho a novembro de 2014.

6.2. Custos e Despesas:

Custos e Despesas Operacionais- R\$ mil	2014	2013	Varição
Custos e despesas não-gerenciáveis:	837.942	544.617	53,9%
Energia elétrica comprada para revenda	462.380	234.135	97,5%
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	32.917	34.153	-3,6%
Combustível para produção de energia	341.637	275.297	24,1%
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TSFEE	1.008	1.032	-2,3%
Custos e despesas gerenciáveis:	134.360	128.407	4,6%
Pessoal e administradores	1.395	774	80,2%
Material	365	21	1638,1%
Serviços de terceiros	73.541	73.661	-0,2%
Amortização / Depreciação	45.120	41.037	9,9%
Provisões Líquidas - Contingências	3.774	0	N/A
Outros	10.165	12.914	-21,3%
Total	972.302	673.024	44,47%

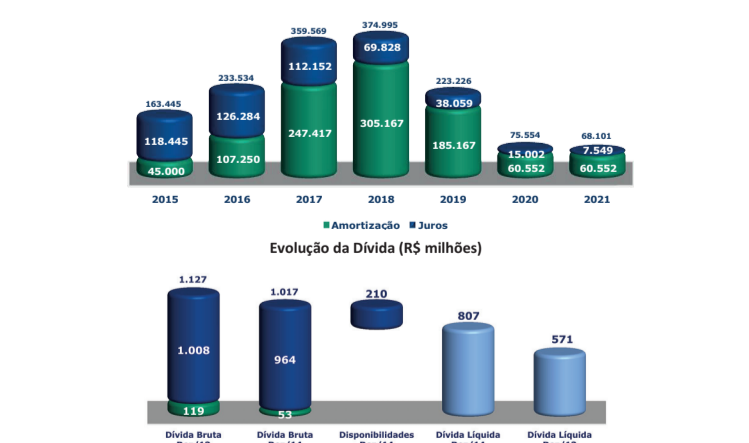
A variação de R\$ 299,2 milhões nos custos e despesas foi, principalmente, ocasionada pelos seguintes motivos:



(i) Os preços dos contratos de lastros fechados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) no decorrer do ano de 2014 foram em média 247% mais caros que os fechados em 2013, gerando um impacto negativo de R\$ 247,9 milhões em função do preço. (ii) Os preços das compras realizadas no decorrer de 2014 à preços de PLD foram em média 202% superiores ao observado em 2013, resultando num impacto negativo de R\$ 76,3 milhões em função do preço. (iii) Durante todo o ano 2014 a UTE Termope permaneceu despatchada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Decorrente disso, ela apresentou um incremento significativo no tempo de operação para atingir uma geração bruta de 3.782 GWh, a maior de sua história e, para tal, houve um aumento do consumo de combustível de 75 milhões m³ de 729 milhões m³ em 2014 contra 654 milhões m³ em 2013. (iv) O principal motivo para a variação de R\$ 3,7 milhões, decorre da mudança de status de possível para provável de litígio civil junto à fornecedora de gás, Copergás. O questionamento está vinculado ao repasse do ICMS sobre a compra do gás que vinha sendo repassado na fornecedora, com a impossibilidade de cobrança por contrato laboral favorável à Termope. (v) Devido a maior geração de energia, juntamente à devida alocação de paradas de manutenção a Companhia conseguiu reduzir a exposição ao Mercado de Curto Prazo aos altos preços da PLD de 144 GWh em 2013 para 130 GWh em 2014, com um impacto positivo nos custos de R\$ 4,2 milhões com compra de energia. (vi) Houve uma redução significativa da necessidade de aquisição de energia no ACL, que saiu de 948,6 GWh em 2013 para 495 GWh em 2014, com um impacto de R\$ 92 milhões no resultado, entretanto, não suficiente para compensar a elevação dos custos médios dessa energia, mencionada no item "7".

7. ENDDIVIDAMENTO

7.1. Perfil da Dívida: De acordo com a Política Financeira, a Termoperambuco vem permanentemente buscando o alongamento e a diversificação dos instrumentos financeiros. Em dezembro de 2014, a Termoperambuco contava com 95% da dívida controlizada no longo prazo e 5% no curto prazo. Em dezembro de 2014 a dívida bruta consolidada da Companhia foi R\$ 1, 017 bilhão (dívida líquida R\$ 807 milhões).



8. INVESTIMENTOS

Em 2014, a Termoperambuco investiu o valor total de R\$ 14 milhões, nos quais destacamos os principais itens: • Construção de um novo almoxarifado para armazenamento de peças sobressalentes. • Engenharia para implantação de melhorias para aumento da confiabilidade.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Para o Grupo Neoenergia, sustentabilidade, além de ser valor, é um atributo que faz parte de sua essência, que norteia seus negócios, suas atividades, sua missão: “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida de suas pessoas para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”. Tal compromisso está materializado em sua Política de Sustentabilidade, documento aprovado em 2014

que define oito diretrizes corporativas para a condução dos negócios, de maneira que o crescimento e a operação das empresas do Grupo ocorram em um contexto socioambientalmente responsável. A fim de promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, bem como divulgar a forma que gere seus negócios, a holding do Grupo publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. O documento, organizado em linha com os modelos propostos pela *Global Reporting Initiative* e pela *Sustainability Integrated Guidelines for Management* (Sigma), abrange aspectos que determinam os resultados sustentáveis de uma empresa, relacionando-os a seis capitais: financeiro, construído, intelectual, humano, social e natural. Durante o ano, o Grupo Neoenergia renovou seus compromissos externos junto aos Dez Princípios do Pacto Global, que reforçam sua preocupação com uma gestão equilibrada, baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e práticas anticorrupção.

10. GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo Neoenergia tem como missão ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. A Organização acredita no Brasil e no potencial da Valeidade. A principal responsabilidade de nossas empresas é com a vida das pessoas e, é através da sua valorização dessas que estimulamos a construção de uma sociedade mais segura, justa e íntegra. Por isso, para cuidar do nosso principal ativo, o Grupo Neoenergia se baseia em ações pilares de atuação que buscam acompanhar toda a vida funcional dos colaboradores. Com uma série de ações nas áreas de treinamento, comunicação, desenvolvimento e integração, todo o ser, detalhadas adiante, queremos nos posicionar como uma das melhores empresas para se trabalhar. Todos os dias, buscamos aperfeiçoar os mecanismos de reconhecimento, treinamento e desenvolvimento de talentos, para que nosso time se dedique a ser mais eficiente e competente, maximizando os resultados operacionais e financeiros para a Organização. Em 2013, o Grupo Neoenergia revisou sua Missão, sua Visão e seus Valores e, desde então, vem trabalhando o senso de pertencimento do público interno às novas diretrizes da Companhia. Ações de fortalecimento dos novos valores, embasadas em nosso compromisso com as melhores práticas de Gestão de Pessoas, fizeram parte da atuação da área em 2014. Assim, iniciamos uma Jornada com a meta de zerar o número de acidentes com uma força de trabalho. Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática do comportamento seguro é um compromisso de todos. **10.1 Valor Segurança:** Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossos colaboradores e da comunidade envolve muito mais do que obedecer regras e leis, por isso, estabelecemos o “Padrinho da Segurança”, ação em que cada colaborador é padrinho de seu colega de trabalho e seu colega de trabalho é seu padrinho. Assim, garantimos uma teia de proteção onde todos são responsáveis por todos. **Jornada Comportamento Seguro:** A Jornada Comportamento Seguro – nome dado ao processo de fortalecimento da cultura de segurança dentro do Grupo – foi lançada com base em cinco principais pilares/ações



BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO					2014 - R\$ mil				2013 - R\$ mil																			
Receita Líquida (RL)									925.128				710.211															
Resultado Operacional (RO)									1.232				37.187															
Folha de Pagamento Bruta (FPB)									1.232				691															
Valor Adicionado Total (VAT)									105.131				117.227															
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS					R\$ mil				% sobre FPB				% sobre RL				% sobre VAT											
Encargos sociais compulsórios									292				23,69				0,03				0,28							
Saúde									45				3,65				0,04				34							
Segurança e saúde no trabalho									1				0,11				-				-							
Capacitação e desenvolvimento profissional									10				0,84				-				0,01							
Transporte									2				0,13				-				-							
Participação nos lucros ou resultados									54				4,38				0,01				0,05							
Total - Indicadores sociais internos									404				32,81				0,04				0,38							
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					R\$ mil				% sobre RO				% sobre RL				% sobre VAT											
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico									9.162				-32,09				0,99				8,71							
Total das Contribuições para a Sociedade									9.162				-32,09				0,99				8,71							
Tributos (Exceto Encargos Sociais)									91.133				-319,17				9,85				86,69							
Total - Indicadores sociais externos									100.295				-351,26				10,84				95,40							
4 - INDICADORES AMBIENTAIS					R\$ mil				% sobre RO				% sobre RL				% sobre VAT											
Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar rejeições, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:									(X) Não possui Metas				() Cumpre de 0 a 50%				() Cumpre de 51 a 75%				() Cumpre de 76 a 100%							
2014									2013				2014				2013				2014				2013			
Nº de empregados(as) ao final do período									6				8				8				8							
Nº de admissões durante o período									4				2				2				2							
Nº de desligamentos durante o período									-				-				-				-							
Nº de empregados(as) terceirizados									-				-				-				-							
Nº de estagiários(as)									-				-				-				-							
Nº de empregados acima de 45 anos									-				-				-				-							
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:									-				-				-				-							
menores de 18 anos									-				-				-				-							
de 18 a 35 anos									5				4				4				4							
de 36 a 60 anos									1				4				4				4							
acima de 60 anos									-				-				-				-							
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:									-				-				-				-							
analfabetos									-				-				-				-							
com ensino fundamental									1				-				-				-							
com ensino médio									-				-				-				-							
com ensino técnico									5				2				2				2							
com ensino superior									-				-				-				-							
pós-graduados									-				-				-				-							
Nº de empregados por sexo:									3				7				7				7							
homens									3				1				1				1							
mulheres									3				1				1				1							
% de cargos de chefia por sexo:									-				-				-				-							

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL					2014				2013							
homens									100%				100%			
mulheres									-				-			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa									1				1			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)									-				-			
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais									-				-			
Remuneração bruta segregada por:									-				-			
Empregados									385				265			
Administradores									606				123			
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL					2014				2013							
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa									23.000				19.175			
Nº total de acidentes de trabalho									-				-			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:									() direção gerências				() todos(as) empregados(as) direção			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:									(X) direção e gerências				() todos(as) empregados(as) (+) Cipa			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:									() segue as normas da OIT				() incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:									() direção gerências				(X) todos(as) empregados(as) direção			
A participação nos lucros ou resultados contempla:									() direção gerências				(X) todos(as) empregados(as) direção			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:									() não são considerados				() são sugeridos			
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:									(X) não se envolve				() apóia			
Contingências e passivos trabalhistas:									-				-			
Número de processos trabalhistas:									-				-			
movidos contra a entidade									29				31			
julgados procedentes									7				-			
Valor Adicionado Total a Distribuir									105.131				117.227			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):									-				-			
Ao Governo (%)									-9%				35%			
Aos Colaboradores (%)									1%				1%			
Aos Acionistas (%)									-82%				59%			
A terceiros (%)									189%				5%			
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES					2014				2013							
CNPJ: 03.795.050/0001-09, setor energético - RJ. Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Elton Nery, Fone: (21) 3235-9800, e-mail: enery@neoenergia.com. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente. Informações não examinadas pelos auditores independentes.									-				-			

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013		Notas	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	208.622	550.833	Fornecedores	(11)	283.976	65.092
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(5)	116.976	122.197	Empréstimos e financiamentos	(12)	513	440
Títulos e valores mobiliários	(6)	-	493	Debêntures	(13)	52.338	118.623
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	19.598	15.569	Salários e encargos a pagar	(14)	376	99
Estoques		1.200	1.200	Impostos e contribuições a recolher	(15)	4.195	2.972
Despesas pagas antecipadamente		7.505	6.393	Dividendos e juros sobre capital próprio	(16)	4.729	1.182
Outros ativos circulantes		398	444	Créditos Diversos		-	270.397
TOTAL DO CIRCULANTE		354.299	697.129	Outros passivos circulantes		47	49
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO CIRCULANTE		347.498	459.815
Títulos e valores mobiliários	(6)	1.784	4.362	NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	-	117	Fornecedores	(12)	123.943	120.781
Juros sobre capital próprio a receber		3.053	-	Empréstimos e financiamentos	(13)	839.956	886.919
Impostos e contribuições sociais diferidos	(8)	56.861	1.571	Debêntures	(12)	6.435	4.322
Depósitos judiciais		113	3	Provisões	(17)	4.221	-
Outros ativos não circulantes		416	416	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	(18)	974.555	1.012.022
Investimentos	(9)	787.847	504.298	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos em coligadas e controladas	(9)	787.381	503.748	Capital social		419.570	214.570
Outros investimentos		466	550	Reservas de capital		105.383	105.383
Imobilizado	(10)	642.346	673.044	Reservas de lucros		85.675	85.675
Intangível		1	72	Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	3.547
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.492.421	1.183.883	Prejuízo acumulado		(85.961)	-
TOTAL DO ATIVO		1.846.720	1.881.012	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		524.667	409.175
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.846.720	1.881.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Reservas de Lucros			Proposta de		
	Capital Social	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Lucros / Prejuízos Acumulados	Distribuição de Dividendos adicional	Patrimônio Líquido	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2013 (Reapresentado)	214.570	44.429	60.954	48.612	36.103	-	-	-	404.668
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.687	-	-	5.687
Destinações:									
Reserva Legal	-	-	-	-	285	(285)	-	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	675	-	(675)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(4.727)	3.547	(1.180)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	214.570	44.429	60.954	49.287	36.388	-	3.547	409.175	1.012.022
Aumento de Capital	205.000	-	-	-	-	-	-	205.000	205.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(85.961)	-	(85.961)	(85.961)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.547)	(3.547)	(3.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	419.570	44.429	60.954	49.287	36.388	(85.961)	-	524.667	1.881.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2014	2013		2014	2013
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL			Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	427	(1.529)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	(141.252)	7.057	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(310)	(9.135)
AJUSTES PARA CORRIÇÃO O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			Créditos diversos	(270.373)	269.216
Depreciação e amortização	45.120	41.037	Outros passivos	(25)	34
Equivalência patrimonial	(49.824)	-	CAIXA ORIUNDO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(154.361)	236.426
Amortização de ágio	31.203	26.125	ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(98.456)	334.757
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	108.145	26.125	Aquisição de investimentos	(325.475)	(503.748)
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	-	23.084	Alienação de bens do ativo permanente	-	20.961
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	3.780	-	Aquisição de imobilizado	(14.351)	(13.864)
Baixa de outros investimentos	(2.744)	97.303	Aquisição de intangível	-	(149)
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários	3.071	(3.840)
Contas a receber de clientes e outros	5.221	(14.406)	GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(336.755)	(500.640)
IR e CSLL a Recuperar	(3.654)	8.314	ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	848	3.688	Aumento de Capital	205.000	-
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	57.410	-	Captação de Empréstimos e financiamentos	-	42.836
Depósitos judiciais	(110)	5.618	Captação de Debêntures	-	890.000
Despesas pagas antecipadamente	(1.112)	(2.240)	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-	(132.335)
Outros ativos	54	54	Amortização do principal de debêntures	(112.000)	(108.000)
Outros investimentos	58.649	1.028	UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	93.000	692.501
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS			AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(342.211)	526.618
Fornecedores	218.884	675	Caixa e equivalentes no início do exercício	550.833	24.215
Salários e encargos a pagar	297	(34)	Caixa e equivalentes no final do exercício	208.622	550.833
Encargos de dívidas pagas	(105.717)	(21.112)	VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(342.211)	526.618
Taxas regulamentares	2.456	(1.689)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A TERMOVERNAMBUCO S.A. ("Companhia" ou "TERMOPE") é uma sociedade anônima de capital aberto, cuja Usina fica localizada na cidade de Ipojuca, Complexo Portuário de Suape, Estado de Pernambuco, tendo por objeto social (i) estudar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor d'água, bem como prestar os serviços associados a esta atividade; (ii) constituir subsidiárias, incorporar, participar ou representar outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, quaisquer que sejam seus objetos sociais; e (iii) praticar todos e quaisquer dos demais atos necessários para a realização de seu objetivo social. A Termoelétrica iniciou operação comercial em 15 de maio de 2004, conforme Despacho ANEEL nº398 de 12 de maio de 2004, com contratos de fornecimento de energia, firmados com as distribuidoras Coelba e Celpe nos montantes de 65 MW médios e 350 MW médios respectivamente, e de gás natural com a Copergás, tendo a Petróbrás como interveniente, no volume de 2.150.000 m³/dia. Face à indisponibilidade de gás natural em 2009, a UTE (Usina Termelétrica) teve sua garantia física reduzida para 413 MW média. A Companhia teve suas geradoras liberadas para início de sua operação comercial.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e os ativos financeiros são avaliados à taxa de câmbio vigente nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil entidades pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras atendem também aos padrões internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das eliminações das vendas entre empresas coligadas. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: a) **Receita de fornecimento de energia:** A receita decorrente, majoritariamente, a receita relacionada ao contrato de venda de energia de longo prazo com as distribuidoras de energia elétrica CELPE e COELBA e a venda de energia no mercado de curto prazo. b) **Receita Financeira:** A receita financeira é reconhecida pelo método do custo amortizado pela taxa efetiva com base no valor e na taxa de juros aplicada sobre o montante em aberto, sendo a contribuição social diferida são reconhecidas usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Avaliação dos impactos da Lei nº12.973/



Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 3% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Como a Companhia teve prejuízo em 2014 a empresa não constituiu reserva legal neste exercício. **Incentivo Fiscal Imposto de Renda - SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 9.000, de 26 de março de 1999. Por conta disso, a Companhia formalizou a SUDENE e obteve o deferimento da redução do imposto de renda e adicional em 75% conforme laudos conclusivos nº118 e nº119 de 2005. O incentivo fiscal SUDENE é calculado com base no lucro da exploração, aplicando-se a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo lucro real. O prazo de redução é de 9 (nove) anos contados desde o ano calendário de 2005 tendo finalizado em 2013. A empresa protocolou em 2014 o pedido de continuidade do referido benefício, contudo, o pedido continua em processo de análise pela SUDENE. Em atendimento à Lei nº11.638/07 e Normas e Procedimentos da CVM nº555, de 12 de dezembro de 2008, que aprovou o PCU07 Subvenções e Assistência Governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a Reservas de Lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

19. RECEITA LÍQUIDA

	Acumulado	
	2014	2013
Fornecimento de energia	727.833	639.001
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	239.004	109.088
Outras receitas	3.295	527
Total receita bruta	970.132	748.616
(-) Deduções da receita bruta	(45.004)	(38.405)
Total receita operacional líquida	925.128	710.211

	MWh (*)		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
Suprimento	3.985.800	3.985.800	727.833	639.001
Total	3.985.800	3.985.800	727.833	639.001

(*) Não auditado
O aumento da receita de fornecimento é explicado basicamente pelo reajuste aplicado anualmente na tarifa de energia vendida. A tarifa é reajustada de acordo com a variação do IGPM e a variação do preço de combustíveis. (b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE: Os montantes de receitas/despesas faturadas e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedentes/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia. Apesar, da exposição financeira em 2014 ter sido menor que em 2013 o aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) médio em 2014 em percentagem de 163% foi fator preponderante para o aumento na desta receita. Em 2014, o total médio de venda na CCEE foi de 312,469 MWh (460,337 MWh em 2013). (c) Deduções da receita bruta:

	2014	2013
IMPOSTOS:		
PIS	(6.389)	(4.874)
COFINS	(29.431)	(26.363)
ISS	(22)	(11)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(9.162)	(7.157)
Total	(45.004)	(38.405)

20. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh (*)		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Energia comprada para revenda	(495.066)	(948.675)	(348.221)	(192.125)
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(130.089)	(144.612)	(114.180)	(42.025)
Energia curto prazo - PLD			21	15
Créditos de PIS e COFINS	(625.156)	(1.093.288)	(462.380)	(234.135)
Total				

24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	2014				2013			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Resultado	Circulante	Circulante	Total	Resultado	Circulante	Circulante	Total
Controladores								
Neoenergia S.A.	-	-	-	4.729	-	-	-	4.729
Coelba	104.195	15.124	-	15.124	-	-	91.473	21.234
Celpe	624.197	90.796	553	91.349	-	-	548.055	79.634
Cosern	-	-	-	-	-	-	133	-
Itapevi Geração de Energia S.A.	-	3.922	-	3.922	-	24	24	-
SE Naranhita S.A.	(10)	-	-	1	-	1	(9)	-
NC Energia S.A.	(343.805)	-	-	4.399	-	4.399	(174.043)	-
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(77)	-	-	6	-	6	(86)	-
Total	384.500	109.842	553	110.395	9.135	24	9.159	465.390
Controladores								
Iberdrola Energia S.A.	(69.087)	-	-	-	-	-	(59.225)	-
Total	(69.087)	-	-	-	-	-	(59.225)	-
Total	315.413	109.842	553	110.395	9.135	24	9.159	406.165

	2014				2013			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Resultado	Circulante	Circulante	Total	Resultado	Circulante	Circulante	Total
Recceita	728.392	-	-	-	639.528	-	-	-
Fornecimento de energia elétrica	(a.1)	727.832	-	-	639.528	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	(a.2)	560	-	-	-	-	-	-
Despesa	(412.979)	-	-	-	(233.363)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(b.1)	(343.805)	-	-	(174.043)	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	(b.2)	(87)	-	-	(95)	-	-	-
Serviços de terceiros	(b.3)	(69.087)	-	-	(59.225)	-	-	-
Ativo	109.842	553	110.395	-	101.001	4.361	105.362	-
Títulos e valores mobiliários	-	869	553	1.422	-	133	4.361	4.494
Contas a receber de clientes e outros	(a)	105.920	-	105.920	-	100.868	-	100.868
Passivo	-	-	-	9.135	24	9.159	-	272.930
Fornecedores	(b)	-	-	4.406	24	4.430	-	1.375
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	4.729	-	4.729	-	1.182
Outros passivos	(c)	-	-	-	-	-	-	270.373
Total	315.413	109.842	553	110.395	9.135	24	9.159	406.165

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: a) Referem-se aos itens relacionados abaixo: a.1) Celpe e Coelba - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual baseado na variação do IGPM; a.2) Celpe - Contrato de conexão de energia elétrica com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual baseado na variação do IGPM; b.1) NC Energia - Compra de energia elétrica para recomposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica; b.2) Afluente Transmissão e Naranhita - Uso da rede - Contrato de prestação de serviços de transmissão, entre Afluente Transmissão, TERMOVERNAMBUCO e o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até a extinção da autorização da geradora ou da transmissora; b.3) Iberdrola Energia - Acordo de Serviços de Operação e Manutenção - "O&M" com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do índice ITCOP - Reembolso de pessoal alocado na Termope para o fornecimento de Itapevi. A remuneração mensal é de R\$ 3.922,00. O total dos administradores em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 606 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2013), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios legais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

25. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 39, e alteração da Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R), as companhias do Grupo efetuaram avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. **Considerações gerais e Políticas:** A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável. **Gestão do Capital Social:** A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios finais em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa – São considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. • Títulos e valores mobiliários – Representam os fundos resso compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias,

Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição

Encargos de rede básica	(32.917)	(34.153)
	(32.917)	(34.153)
	(495.297)	(268.288)

(*) Não auditado
O aumento identificado nos custos com energia elétrica é consequência principalmente do aumento do PLD médio em relação ao exercício de 2013 gerando um aumento no custo de compra de energia tanto no mercado de curto prazo (CCEE), quanto no ambiente livre, impactando na compra de lastro de energia. A redução no montante de energia comprada em MW/h é explicado pela maior geração de energia em 2014 em relação a 2013.

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	2014		2013	
		Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(1.075)	(46)	(1.121)	(746)	
Administradores	(274)	(274)	(274)	(28)	
Material	(341)	(24)	(365)	(21)	
Combustível para produção de energia	(a)	(341.637)	-	(341.637)	(275.297)
Serviços de terceiros	(71.627)	(1.914)	(73.541)	(73.661)	
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-FTSEE	(1.008)	-	(1.008)	(1.032)	
Depreciação e amortização	(45.012)	(108)	(45.120)	(41.037)	
Arrendamentos e alugueis	(2.420)	-	(2.420)	(2.688)	
Tributos	(62)	(128)	(190)	(624)	
Provisões líquidas - contingências	(3.624)	(150)	(3.774)	-	
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação	-	(84)	(84)	(3.398)	
Outros custos	(7.738)	267	(7.471)	(6.204)	
Total Custos / despesas	(474.544)	(2.461)	(477.005)	(404.736)	
(a) Variação ocorrida devido principalmente ao aumento do volume consumido de combustível para produção de energia elétrica. Em 2014 houve um consumo de 729.796.259 m³ (654.903.701 m³ em 2013).					

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Ref.	2014		2013	
		Resultado	Reclassificado	Resultado	Reclassificado
Recceita financeira					
Renda de aplicações financeiras		13.793	5.904	-	-
Variação cambial e operações de Swap	(a)	68.844	29.293	-	-
Outras receitas financeiras		1.057	1.337	-	-
Total		83.694	36.534	-	-
Despesa financeira					
Encargos de dívida	(b)	(116.137)	(29.358)	-	-
Variação cambial e operações de Swap	(a)	(74.977)	(34.746)	-	-
Outras despesas financeiras		(5.279)	(2.560)	-	-
Total		(196.393)	(66.664)	-	-
Resultado financeiro líquido		(112.699)	(30.130)	-	-

(a) O resultado líquido com o aumento do dólar em 2014 quando comparado com 2013 provocaram a variação nos resultados cambiais e swap. (b) O aumento dos encargos de dívida em 2014 ocorreu em, devido à 4ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em dezembro de 2013, juntamente com o aumento dos encargos das demais dívidas, acumulando em média R\$ 22 milhões em cada trimestre.

23. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém participação no programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº10.101/00 e artigo nº189 da Lei nº6.404/76, baseado em acordos de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 58 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2013).

após a interpolação exponencial para obtenção das taxas estimadas durante todo o período dos contratos respeitando as características de cada um deles. As taxas de desconto para empréstimos indexados ao Dólar e Ponta Ativa do Swap em Dólar cada tipo de operação é Di X Dólar. A companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço se seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, conforme orientação do CPC 46. Quando a segur apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	2014		2013	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiro (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	116.976	116.976	122.197	122.197
Contas a receber de clientes e outros	116.976	116.976	122.197	122.197
Mantidos até o vencimento	1.784	1.784	4.855	4.855
Títulos e valores mobiliários	1.784	1.784	4.855	4.855
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	208.622	208.622	550.833	550.833
Caixa e equivalentes de caixa	208.622	208.622	550.833	550.833

	2014		2013	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Passivo financeiro (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	1.186.230	1.192.176	1.070.634	1.067.457
Fornecedores	283.976	283.976	65.092	65.092
Debêntures	902.254	908.200	1.005.542	1.002.365
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	114.496	114.496	121.221	121.221
Empréstimos e financiamentos	124.456	124.456	121.221	121.221

Derivativos não designados como hedge accounting
4ª Emissão - 3ª Série (Banco Santander) (9.960) (9.960)
Hierarquia de Valor Justo: A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio de cada um deles. As taxas de desconto para empréstimos indexados ao Dólar e Ponta Ativa do Swap em Dólar cada tipo de operação é Di X Dólar. A companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço se seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, conforme orientação do CPC 46. Quando a segur apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	2014		2013	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	-	123	208.499	208.622

	2014		2013	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Banco de Tokyo	-	(124.456)	-	(124.456)
4ª Emissão Debêntures	-	(902.254)	-	(902.254)

Derivativos não designados como hedge
4ª Emissão Debêntures (9.960) (9,960)

123 (828.171) (828.048)

Fatores de Risco Financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O risco de mercado refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito. O risco de taxa de juros refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito. O risco de câmbio refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito. O risco de commodities refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito. O risco de crédito refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito. O risco de liquidez refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito.

O risco de taxa de juros refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito. O risco de câmbio refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito. O risco de commodities refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito. O risco de crédito refere-se a variações de preços de ativos e passivos decorrentes de mudanças nas condições de mercado. Os riscos de mercado são: risco de taxa de juros, risco de câmbio, risco de commodities e risco de crédito.